

# DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA DAS FONTES DOCUMENTAIS DA VISITA APOSTÓLICA DO PAPA JOÃO PAULO II (SANTO) EM FLORIANÓPOLIS<sup>1</sup>

**João Augusto de Farias**

Graduando do curso de Arquivologia, na Universidade Federal de Santa Catarina. Trabalha como Coordenador do Setor Juventude na Arquidiocese de Florianópolis/SC

E-mail: joaoaugustofarias@hotmail.com

**Eliana Maria dos Santos Bahia**

Doutora em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Carlos III. Atua no Departamento de Ciência da Informação, ministra aulas para o Curso de Arquivologia na Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis

E-mail: eliana.maria@ufsc.br

**Resumo:** Os Arquivos Eclesiásticos são fontes de informação na história da humanidade. Apresenta-se a evolução dos arquivos eclesiais e as normativas pertinentes para realizar a descrição arquivística. O objetivo da investigação foi analisar se há tratamento técnico e arquivístico nas fontes documentais da Visita Apostólica do Papa João Paulo II (santo) a Florianópolis. Utilizou-se o método bibliográfico, exploratório e descritivo. Foi realizado, no ano de 2016, o mapeamento dos arquivos que possuíam documentos relacionados à visita de João Paulo II, analisado o estado de preservação e acondicionamento da documentação e elaborado a descrição arquivística. O acervo conservado e preservado pelo Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina contém documentos desde as primeiras tratativas em 1989 até o fim dos trabalhos para o evento em novembro de 1991. Constatou-se que os dados obtidos foram registrados no CONARQ, e no projeto Memória do Mundo, com a descrição arquivística do fundo documental de João Paulo II.

**Palavras-chaves:** Descrição Arquivística. João Paulo II. Arquivos Eclesiásticos.



## 1 INTRODUÇÃO

Nos arquivos, os documentos são tratados em séries, que formam dossiês, dentro dos diferentes fundos. Essa massa

---

<sup>1</sup> Banca de avaliação TCC realizada em 23 de novembro de 2016: Eliana Maria dos Santos Bahia; Dilva Páscoa de Marco Fazzioni; e, Juliana Fachin

documental serve para designar todo o acervo de uma instituição que abriga vários arquivos, ou as diversas partes de um único acervo. Quando tratamos de arquivos eclesiais, vemos essa mesma configuração, onde um único acervo está dividido em variados níveis.

Valorizando os bens materiais e culturais da Igreja Católica, após o Concílio Vaticano II, ocorrido entre 1962 e 1965, somente em 1997, sob supervisão do Papa João Paulo II (santo), e direção do Cardeal Dom Francesco Marchisano, a Pontifícia Comissão para o Patrimônio Cultural da Igreja apresentou a carta contendo um estudo apurado da "*Função Pastoral dos Arquivos Eclesiais*". A carta foi endereçada aos bispos de todo o mundo e explanava a administração dos mesmos, já regulamentada no Código de Direito Canônico (CDC) de 1983.

O presente trabalho tem como premissa a descrição arquivística das fontes documentais da Visita Apostólica do Papa João Paulo II (santo) a Florianópolis no estado de Santa Catarina. Em relação ao campo teórico foram consultadas literaturas da Ciência da Informação com intuito de apresentar diferentes características dos três objetivos de estudo. Quanto ao campo prático, para melhor entendimento das finalidades e funções da descrição arquivística, foram mapeados os arquivos que possuem documentos relacionados a visita de João Paulo II (santo), na região da Grande Florianópolis. Analisamos o estado de preservação e acondicionamento da documentação e elaboramos a descrição arquivística dos documentos existentes no Arquivo Histórico Eclesial de Santa Catarina.

Apontamos a relação da prática com a teoria, além de verificar o uso dos serviços de informação, como fonte de pesquisa para trabalhos científicos.

No ano da comemoração de 25 anos da visita histórica do Papa João Paulo II (santo) à capital de Santa Catarina, com o anseio de conservar e preservar a memória deste acontecimento, escolhemos este fundo documental específico para estudo e investigação. O referido evento deixou marcas no povo

catarinense e o minucioso trabalho de descrição arquivística facilita e incentiva pesquisas relacionadas à temática.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

No estudo da Arquivologia, existem variados conceitos de arquivo. Constantemente, surgem novas formas de se caracterizar este ambiente que tem por principal função armazenar e preservar a memória institucional. Para bem contextualizar esta pesquisa, apresentamos a evolução dos conceitos de arquivos.

Com abrangência, Heredia Herrera (1982, p. 59, tradução nossa) conjuga os arquivos em:

Arquivo é um ou mais conjuntos de documentos, qualquer que seja o seu material de data, sua forma e suporte material, acumuladas em um processo por uma pessoa ou instituição pública ou privado em curso de sua administração, preservado, respeitando essa ordem, para servir como testemunho e informações para a pessoa ou instituição que produz, para os cidadãos, ou para servir como fontes de história.

A partir desse conceito, podemos notar o destaque para a função dos arquivos, que com o armazenamento de documentos, poderão posteriormente utilizá-los para testemunho e informação, inclusive como fonte histórica, para pessoas que não necessariamente os produziram.

Observamos que a Arquivologia, no Brasil, vem desenvolvendo-se e necessitou de criação de lei própria. A Lei nº 8.159, que dispõe sobre a política nacional de arquivos, diz que são considerados arquivos:

[...] os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. (BRASIL, 1991).

Peculiar nesse conceito é o destaque à produção dos documentos se dá em atividades específicas, podendo perceber e atentar-nos para a produção constante de documentos, nos mais diversos formatos e suportes.

O Arquivo Nacional e o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) estudam cientificamente a evolução do pensamento arquivístico. Apresenta no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 27), que arquivo é o “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”.

Faz-se necessário destacar que, diariamente, documentos são produzidos e descartados, sem critérios de avaliação, classificação, sem saber que na posteridade a informação poderá ser útil, seja nas funções administrativas, históricas ou jurídicas.

Na Resolução nº 5, o CONARQ estabelece que órgãos públicos publiquem editais divulgando a eliminação de documentos. Atualizando essa determinação, a Lei nº. 12.527, de novembro de 2011, regulamenta que órgãos privados que prestam serviço a órgãos públicos, devem também subordinar suas eliminações a transparência na administração pública.

No Brasil, os cursos de Arquivologia e o próprio Arquivo Nacional, reconhecem a constante necessidade da evolução arquivística, procurando entender e responder ao processo científico e sua afirmação, na sua identidade como disciplina.

Constatamos uma crescente evolução e, foram criados, desde a metade do século XX, 17 cursos em todo o território brasileiro, no futuro próximo. Sendo mais recente o curso de Arquivologia na Universidade Federal do Ceará (UFC), após apresentação da proposta no Congresso Nacional de Arquivologia em Fortaleza, em 2016.

Observando a interdisciplinaridade nos arquivos, torna-se necessária a consciência de que todas as áreas de conhecimento, científicos, empresariais, industriais e organizacionais, produzem

documentos e necessitam manter seu acervo organizado. Sobre essa correlação de ciências, Lopes (2013, cap. 2) destaca que:

A teoria do conhecimento e a ideia de memória são fundadoras do pensamento filosófico e estão presentes em praticamente todos os ramos do saber, as ciências humanas discutem mais estes problemas. Mas as ciências participam, por vezes, de modo decisivo nessas reflexões. [...] está-se convencido de que é impossível abordar esta problemática sem ter em conta outros conhecimentos que se ocupam dos mesmos assuntos, ou ainda de termos similares.

O profissional arquivista necessita de educação continuada, obtendo conhecimentos da área na qual a documentação que trabalha está inserida. Numa visão contemporânea, alguns pesquisadores têm chamado de Arquivística Social.

Tratando-se de arquivos privados, de acordo com a Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991, no seu capítulo III referente aos Arquivos Privados, art. 16, salienta: “os registros civis de arquivos de entidades religiosas produzidos anteriormente à vigência do Código Civil ficam identificados como de interesse público e social”. Os arquivos católicos guardam registros civis produzidos antes do Código Civil promulgado em 1916, além de informações de cidades, famílias, personalidades catarinenses, brasileiras, e até mesmo de outros países. Ressaltamos que o Código Civil, promulgado em 2002, não atualiza essa regulamentação.

Os arquivos eclesiásticos têm os volumosos acervos documentais, que têm sido explorados por estudiosos e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento como Arquivologia, Genealogia, História, Arquitetura, e áreas afins. “Conservar a memória do passado e de tutelar os monumentos visíveis do espírito, com um trabalho capilar e contínuo de catalogação, de manutenção, de restauração, de custódia e de defesa”, confirma o Papa João Paulo II (1997) renovando a visão eclesiástica quanto à função dos acervos documentais.

Observando o Decreto nº 4.073 (BRASIL, 2002), o mesmo dispõe que pessoas físicas e jurídicas de direito privado, se possuírem arquivos, necessitam ter os mesmos integrados ao Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). Como a Igreja, no Brasil, possui tais características, deve-se buscar a agregação dos arquivos eclesiásticos nesse sistema, proporcionando maior divulgação do acervo católico, e facilitando a pesquisa e investigação.

Fugueras (2003, p. 16) aponta que o profissional arquivista necessita ter habilidades e competências para enfrentar diversos tipos de arquivos, documentos e suportes, entendendo a transversalidade e multifuncionalidade arquivística. Necessita ser esse, o olhar do profissional arquivista contemporâneo, um olhar total, variado, que não faça suas próprias escolhas, mas saiba entender o todo. Yeo (2016) destaca que a descrição dá a acessibilidade, sendo a assistência ao usuário para a localização do documento, o principal, ou mesmo o único, objetivo da descrição, e essa ênfase está implícita no termo “instrumento de pesquisa”.

## 2.1 Os Arquivos Eclesiásticos

Caracterizando os arquivos eclesiásticos, a Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja, apresenta na carta *‘A função pastoral dos arquivos eclesiásticos’*, que “os arquivos são lugares da memória das comunidades cristãs e fatores de cultura para a nova evangelização”. (IGREJA CATÓLICA, 1997).

Estes arquivos específicos estão intimamente ligados ao processo de construção histórico da humanidade. O ato de armazenar documentos de origem civil em arquivos da Igreja, justifica-se pela eficiência estrutural existente na Igreja Católica desde sempre (SANTOS, 2005).

De acordo com Hayes (2016, tradução nossa), podemos conceituar os arquivos eclesiásticos como:

[...] uma coleção de documentos, registros e memoriais, relativos à origem fundação, o crescimento, a história, os direitos, privilégios, e constituições de uma diocese, paróquia, mosteiro, ou comunidade religiosa sob a jurisdição da Igreja, o termo também é aplicado a um local ou depósito em que tais registros e documentos são mantidos.

Essa definição leva-nos a uma compreensão da amplitude do acervo preservado pelas instituições religiosas e que, em alguns casos, ainda não passou por tratamento analítico arquivístico, tornando as informações ali contidas, inacessíveis e muitas vezes desconhecidas.

Interessante observar que, ao conceituar seus arquivos, a Igreja demonstra seu interesse em utilizá-los como fonte de análise de seus trabalhos e atualizar seu método evangelizador, disseminando seu conhecimento adquirido ao longo dos séculos.

## **2.2 Descrição Arquivística**

Das atividades desenvolvidas pelo arquivista, a descrição das fontes documentais está entre as mais complexas e rigorosas. Dessa forma podemos considerar os conhecidos ‘instrumentos de pesquisa’, como ‘instrumentos de acesso à informação’, definido pela arquivista Fernanda Ribeiro (2003, p. 650, tradução nossa):

[...] todo e qualquer instrumento que permite localizar ou recuperar informação (aceder a ela), independentemente de a sua finalidade ser trabalho/controle (função de serviço interna) ou a pesquisa/referência (função de serviço interna e externa).

A caracterização dos instrumentos de acesso à informação dos arquivos define a tipologia de instrumento de informação em três funções específicas:

- I. Nível de análise escolhido e que em algum caso determina a sua tipologia;
- II. A estrutura interna, na qual se inclui os elementos informativos e identificadores das unidades arquivísticas descritas, ordenados segundo determinação de critério;
- III. Os pontos de acesso, a informação que, em muitos casos, serve de elementos ordenadores das descrições e, outros, surgem fora do contexto de quaisquer dados descritivos, remetendo diretamente à informação (RIBEIRO, 2003).

Chamamos de instrumentos de acesso à informação, catálogos, índices, inventários, listas de incorporação, quadro de classificação, que sejam de controle interno da documentação. Esses instrumentos, sejam internos ou externos, possuem, desde o ano 2000, padrões e métodos a serem estabelecidos, pelas normas publicadas. São elas: Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD(G) - de 2000; Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias - ISAAR (CPF) - de 2004; e a Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE - em 2006.

Na seção da NOBRADE (2006, p. 10) que dispõe sobre os seus âmbitos e objetivos, menciona-se:

A padronização da descrição, além de proporcionar maior qualidade ao trabalho técnico, contribui para a economia dos recursos aplicados e para a otimização das informações recuperadas [...] as normas habilitam o pesquisador ao uso mais ágil de instrumentos de pesquisa que estruturam de maneira semelhante à informação.

As qualidades e facilidades serão ainda mais funcionais, a partir do momento em que as instituições estabelecerem seu padrão de descrição, transcorrendo seus Instrumentos de Pesquisa.



Consideramos descrição arquivística como a “[...] elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e utilização de dados” (BELLOTTO, 2007, p. 179). Ou seja, a descrição elabora representações, no intuito de dar maior acesso aos itens de uma massa documental.

Na produção de um instrumento de acesso à informação, interessa-nos ver em que medida esse fator determinante na descrição arquivística, começa a ser analisado entre os níveis de análise arquivística, o tipo de instrumento, na respectiva terminologia, desde que se começou a reunir os termos específicos da disciplina arquivística aplicados nos arquivos eclesiásticos.

Duff (2016, p. 174) aborda que os serviços de referência arquivística apresentam desafios, porque as questões de arquivo demandam tempo. Os problemas incluem os seguintes itens:

- 1) Os arquivos não possuem índices e nem instrumentos de pesquisas para oferecerem fácil acesso às fontes;
- 2) Os arquivos guardam pilhas de material fechado e os documentos não são navegáveis;
- 3) Os arquivos são arranjados e descritos de acordo com a proveniência e não pelos assuntos que os usuários buscam;
- 4) Os arquivos talvez não possuam coerência, o que torna a busca mais complexa;
- 5) As ferramentas de referência própria para arquivos são muito limitadas e busca de informações nos arquivos muitas vezes é inferencial e baseada no que os arquivistas sabem sobre os produtos dos documentos e não sobre os temas que ele contém;
- 6) Os usuários não sabem como realizar pesquisas utilizando fontes primárias;
- 7) Os usuários têm menos experiência com arquivo do que com biblioteca;
- 8) A interação entre os arquivistas de referência e os usuários apresenta maiores demandas do que entre os bibliotecários de referência e os usuários;
- 9) Normalmente, os arquivistas que processaram, arranjaram e descreveram os documentos são os mesmos que ajudam os usuários a consultá-los.

O conhecimento e as habilidades do arquivista de referência exigem experiência inclusive na pesquisa, requerendo habilidade e competência para localizar de forma eficaz o material solicitado pelo usuário, pesquisador ou pessoas interessadas. Tornar-se esse ‘profissional referência’ exige apreciável conhecimento técnico e teoria para sua formação cursada na graduação e as disciplinas optativas em outros assuntos correlatos sobre seus produtores e sobre tipologia documental. Os profissionais com essas competências devem ajudar os usuários, além das questões básicas e se envolver com pesquisas.

Salientamos que entre os serviços de referência é necessário um processo de avaliação constante, formal e dinâmico para obter um retorno dos usuários quanto à eficácia dos serviços prestados.

Duff (2016) destaca que ferramentas de avaliação podem estar inseridas em procedimentos administrativos, alertando sobre as normas de ética em pesquisa, e com foco principal na recuperação da informação. Essa metodologia insere profissionais e usuários no ambiente de cooperação profissional, que melhora a atividade do arquivista e ao mesmo tempo permite mais facilidade ao pesquisador.

Inseridos nessa metodologia de cooperação, os ambientes de pesquisa virtual têm se tornados comuns entre os arquivos, e precisamos também estar atualizados e desenvolvendo métodos que alcance o público em geral, obtendo o ponto de equilíbrio nesse cenário da pesquisa em centros de documentação.

### **3 ARQUIVO HISTÓRICO ECLEISIÁSTICO DE SANTA CATARINA**

A Arquidiocese de Florianópolis/ é uma circunscrição eclesiástica da Igreja Católica, pertencente ao Regional Sul IV da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A Sé (Igreja do Bispo) é a Catedral Metropolitana de Florianópolis/SC. Criada em 19 de março de 1908 pelo Papa Pio X, foi desmembrada do Bispado de Curitiba/PR e seu território abrangia todo o estado de

Santa Catarina. Atualmente, alcança 30 municípios e estão divididas em 67 paróquias, sete santuários, duas reitorias, uma capelania universitária, quatro capelarias militares e 530 comunidades.

A Instituição desenvolve seu trabalho baseada na missão de:

Evangelizar, a partir de Jesus Cristo e na força do Espírito Santo, como Igreja discípula, missionária e profética, alimentada pela Palavra de Deus, e pela Eucaristia, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, 'para que todos tenham vida' (JO 10, 10), rumo ao Reino definitivo. (ARQUIDIOCESE DE FLORIANOPOLIS, 2012).

A Cúria é o órgão no qual se concentram os trabalhos administrativos e pastorais da Arquidiocese, constituída pelas autoridades e por colaboradores que coordenam e organizam o funcionamento. Está localizada na rua Esteves Júnior, 447, Centro, Florianópolis, com atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30. Contatos podem ser feitos através do telefone (48) 3224-4799, ou pelo e-mail [arquifln@arquifln.org.br](mailto:arquifln@arquifln.org.br).

Através do Decreto nº 2.531, promulgado em 25 de novembro de 1949, Dom Joaquim Domingues de Oliveira, Arcebispo de Florianópolis, criou o Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina (AHESC), que tem como principais objetivos "reunir, catalogar e sistematizar os documentos e objetos de real valor relativos principalmente à vida religiosa do Estado, os quais correm sérios riscos de serem desviados ou desaparecerem" (OLIVEIRA, 1949).

Na ocasião de sua criação, o Arquivo estava localizado à Rua Arcipreste Paiva, anexo à Catedral Metropolitana de Florianópolis. Por volta de 1966, foi transferido para a Avenida Rio Branco 154, e por fim, a partir de 1968 funciona nas dependências da Cúria Metropolitana.

A Igreja enquanto instituição exercia o poder de efetuar os registros de batismo, matrimônio e óbito; com a proclamação da

República em 1889, o poder tornou-se do Estado, que passou a administrar os registros, todos elaborados em cartórios.

No Arquivo AHESC, constam livros de registro de batismo (1751-2015), matrimônio (1714-2015) e óbito (1772-1990). Os registros de óbito foram mantidos até 1990 por paróquias que possuem cemitérios. A partir de 1990 essa prática é realizada por cartórios.

Parte desses livros de registros foi digitalizada pelos Mórmons e estão disponíveis para pesquisa pelo site <https://familysearch.org/>. Podem ser acessadas em um computador destinado aos pesquisadores, *in loco*, sendo que os acervos textuais estão preservados e conservados, não disponíveis à pesquisa. As pastas estão numeradas e possuem um índice contendo o assunto geral dos documentos nelas armazenados, mas os mesmos não possuem descrição, todo o acervo tem 103 metros lineares.

O Arquivo está adotando as determinações do tratamento arquivístico na sua totalidade: registro, avaliação, seleção, classificação, criação do arquivo intermediário e permanente, descrevendo sua documentação com aplicação da NOBRADE, desde 2016.

O acervo da Visita Papal estava disperso e foram mapeadas as fontes documentais primárias e secundárias, na região da Grande Florianópolis/SC, desenvolvendo a metodologia arquivística, com funções de refletir sobre o significado de identificar, preservar e disponibilizar para o uso do documento permanente.

O AHESC possui duas funcionárias: (1) contratada como assistente de arquivo, formada em Secretariado Executivo pela UFSC; (2) Ensino Médio completo, contratada como auxiliar de arquivo; ambas estão alocadas em uma sala para atendimentos ao público e pesquisa.

O Arquivo tem sua documentação armazenada e acondicionada em ambiente com temperatura controlada (18°C a 22°C) e umidade relativa controlada pelas informações fornecidas

diariamente pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI).

No cotidiano do Arquivo, as funcionárias revezam-se na produção das certidões que possuem valor documental, no desenvolvimento de índices dos livros de registro, atendimento a pesquisadores e organização do acervo.

#### **4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa foi desenvolvida durante o ano de 2016, utilizando o método bibliográfico, exploratório e descritivo. O contato com a documentação ocorreu no arquivo eclesiástico da Cúria Metropolitana de Florianópolis, sendo fonte primária para este estudo. Percorremos, ainda, as unidades de informação com as suas fontes secundárias, que foram inseridas no acervo do AHESC.

Investigamos as fontes secundárias, pesquisando a massa documental preservada no Colégio Catarinense (CC), no Arquivo da Rede Brasil Sul de Televisão (RBS TV), na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPESC), no arquivo do Santuário Santa Paulina em Nova Trento/SC e no arquivo da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC).

A pesquisa bibliográfica é a oportunidade que o pesquisador tem de referenciar sua pesquisa, através de material físico ou digital, estudando o pensamento de outros autores para complementar seu trabalho.

Fonseca (2002, p. 32) aponta que a pesquisa bibliográfica “recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico”. Significa que o pesquisador estará em contato direto com material publicado e, a partir de sua análise, poderá fazer sua reflexão e seus apontamentos em relação ao assunto que estuda.

Prodanov e Freitas (2013, p. 54) tem por conceito de pesquisa bibliográfica “[...] quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos [...]”.

As fontes secundárias remetem à análise do discurso, dos mais variados possíveis, pois são encontradas em vários suportes, como os supracitados.

Salomon (2004, p. 158) destaca que a pesquisa documental, quando realizada com cunho exploratório, “tem por objetivo definir o problema, proporcionar as chamadas intuições de solução, descrever comportamentos de fenômenos, definir e classificar fatos e variáveis”.

O conhecimento adquirido no percurso na pesquisa exploratória concede o arcabouço na aplicação da Arquivologia enquanto ciência.

Existe uma discussão para estabelecer a arquivística nesse conceito, porque alguns autores argumentam que esta disciplina de estudo não alcança os três requisitos necessários para obter caráter científico: ter um campo específico de investigação; o objeto deve ser investigado com um fim específico; e para atingir seu fim toda ciência deve ter um método próprio.

No *Manual de Arquivística*, Cruz Mundet (2001, p. 61, tradução nossa) contraria tais pensadores, afirmando que a Arquivologia é uma ciência emergente e justifica:

É ciência, porque uma posse de objeto, os arquivos em sua dupla consideração, os documentários propriedades e seu meio ambiente; posse; assim, um método, compreendendo um conjunto de princípios teóricos e procedimentos práticos, cuja constante evolução mais claramente dia a dia. Em um propósito: tornar a informação documental recuperável para uso.

A partir desse conceito, averiguamos as diferentes formas de atuação proporcionadas pelo estudo da informação dos documentos; notamos a necessidade de apresentar um documento, e embasar toda a evolução histórica, a situação em que está/esteve inserido, o ambiente em que foi gerado, tramitado e etc.

Ressaltamos que João Paulo II (santo) não apenas cumpria sua agenda como líder religioso, mas com caráter político, por ser Chefe do Estado do Vaticano.

Essa característica nos aponta a presença de fontes documentais que contam a história desse evento, não apenas no AHESC, mas no acervo de diversas outras instituições envolvidas.

Destacamos, entre as instituições que preservam o acervo documental o Colégio Catarinense (CC), que é administrado pelos padres jesuítas desde 1905 e tornou-se reconhecida pela qualidade do sistema educacional e por formar grandes personalidades políticas catarinenses. Mensuramos o acervo preservado pelo CC conforme dados abaixo:

- a) Acervo Iconográfico – 100 fotografias da Visita de João Paulo II;
- b) O cálice e o ostensório ofertados pelo Papa à instituição, além de várias peças documentais;
- c) Preserva o quarto onde o Pontífice hospedou-se durante uma noite, transformando-o em *‘Memorial da Visita Apostólica do Papa João Paulo II a Florianópolis/SC’*. O espaço é aberto ao público de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h, e das 14h às 17h30, com entrada gratuita, pela portaria da instituição, na rua Esteves Júnior, 711, Centro, Florianópolis/SC. A visita poderá ser guiada, pelo Ir. Vanderlei Backes, religioso que atua no Colégio.

Investigamos o acervo da Rede Brasil Sul - RBS TV, presente em Santa Catarina desde 1979, sendo destaque entre as redes de televisões locais. A emissora atuou na cobertura dos preparativos e da visita papal. No acervo audiovisual, preserva 12 fitas cassete, com todo o conteúdo das transmissões.

O arquivo da emissora está passando por um processo de digitalização e os administradores pretendem fazer um compilado das imagens, descartando os vídeos na íntegra. Solicitamos que as fitas fossem destinadas ao AHESC, que poderá tratar e preservar as imagens. O contato com os responsáveis da emissora foi feito através de telefone e e-mail.

Percorremos as instituições e contactamos a BPESC, fundada em 1854. Em seus 162 anos, possui, em seu acervo, além das obras literárias, obras de referências, obras raras, acervo braile, obras de Santa Catarina (autores catarinenses e autores que escrevem sobre Santa Catarina) e todos os jornais publicados no território estadual, a partir do século XIX, que constam no seu catálogo impresso aos investigadores, pesquisadores, usuários e comunidade em geral.

Pesquisando *in loco*, identificamos as reportagens escritas sobre os preparativos, à presença de João Paulo II em Florianópolis/SC e as marcas deixadas pelo Papa ao povo catarinense. Viajamos para Nova Trento/SC, onde está localizado ao Santuário Santa Paulina, inaugurado em janeiro de 2006 e administrado pela Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição.

A congregação é responsável pela vinda de João Paulo II (santo) a Florianópolis/SC, para beatificar Madre Paulina, com tratativas que iniciaram em 1989, por intermédio dos bispos do Brasil. Em seu acervo, constam:

- a) Acervo Iconográfico – 43 fotografias;
- b) Documentos textuais, do processo de beatificação de Madre Paulina.

Esses itens documentais contam além da presença do Papa, os detalhes da beatificação da referida Santa, que foi fundadora da congregação, e residiu em Nova Trento/SC.

A pesquisa apontou que a Visita de João Paulo II, teve os procedimentos de credenciamento e planejamento de segurança, atribuídos à Polícia Militar de Santa Catarina, à Polícia Federal e ao Exército Brasileiro. Focamos na PMSC, não sendo realizados contatos com a Polícia Federal e o Exército.

No acervo da PMSC, encontramos documentos relativos às orientações e aos planejamentos de segurança do Papa, que foram elaborados e executados em conjunto com os demais órgãos de segurança.



Na averiguação dos acervos percorridos, analisamos e refletimos sobre a importância da descrição arquivística do acervo da Visita de João Paulo II a Florianópolis/SC.

A descrição arquivística foi elaborada baseada na NOBRADE, e serve como instrumento de acesso à informação aos pesquisadores. Apresentamos, nesse material uma breve biografia do Papa João Paulo II (santo), na contextualização histórica e cultural de sua visita a Florianópolis/SC e a exposição da prática realizada no AHESC para descrever e tratar os documentos e as informações desse acervo específico e o resultado da descrição arquivística.

## 5 ANÁLISE DE ATIVIDADES E RESULTADOS

Na elaboração da descrição arquivística do acervo, aprofundamos o conhecimento sobre os itens documentais e analisamos o contexto dentro do fundo, série e subsérie e dossiê. ‘Visita do Papa João Paulo II a Florianópolis/SC – VJPII’, sob custódia do AHESC.

No início da investigação, refletimos sobre a necessidade de diagnosticar o material que estava identificado como documentos relacionados a Visita Apostólica do Papa.

Encontramos neste acervo do AHESC, 10 pastas com documentos relativos à visita papal. As pastas estavam identificadas (código + assunto):

**Quadro 1 – Pastas de Documentos da Visita Papal**

<b>Assunto</b>	<b>Código das Pastas</b>	<b>Total</b>
Visita do Papa – Convênio com o Governo	398	1
Visita do Papa – Diversos	399, 400 e 401	3
Visita do Papa – Missa de Beatificação	402 e 403	2
Visita do Papa – Acervo Iconográfico (1 álbum de fotografias nº.11, na ordem cronológica do fundo histórico)	404 e 405	2
Visita do Papa – Recortes de Jornais	406	1
Visita do Papa – Material Moacir Pereira	[s.c.pasta]	1
<b>TOTAL</b>		<b>10</b>

**Fonte:** Produzido pelo autor com base nos documentos do AHESC, 2016.

A organização do acervo documental do Papa João Paulo II, conhecendo progressivamente a documentação. Em todas as pastas e caixas, os itens estavam misturados e desordenados, sem respeitar o princípio arquivístico da proveniência.

Procedemos com a eliminação das sujidades e a higienização dos documentos com trincha. Aos poucos, fomos separando a documentação e estabelecendo previamente suas séries.

Quando falamos de higienização, consideramos “retirada, por meio de técnicas apropriadas, de poeira e outros resíduos, com vistas à preservação dos documentos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 103). Salientamos a necessidade de conservação e preservação contínua nessa documentação histórica, com suas peças documentais raras.

## **5.1 Elaboração de Modelos para Padronização da Descrição Arquivística**

Produzimos as etiquetas para as pastas, os modelos de folders para conservação das fotografias, modelo de mata-borrão para os jornais e planejamos a restauração do álbum fotográfico.

As etiquetas para as pastas foram desenvolvidas pensando na padronização futura de todo o acervo. No primeiro plano, apresentamos o nome da instituição ‘Arquidiocese de Florianópolis/SC’, em seguida a abreviatura do nome do arquivo ‘AHESC’, a logomarca do arquivo desenvolvida a partir do brasão de armas da Arquidiocese.

Em segundo plano, indicamos o código de referência, que foi elaborado de acordo com as indicações da NOBRADE, o nome do fundo ‘Visita João Paulo II’, a série estabelecida e o ano da documentação.

Essa etiqueta está presente na capa que envolve cada item documental, dentro das pastas.

**Figura 1 – Modelo de etiqueta para pastas**

<b>Arquidiocese de Florianópolis/SC</b>
<b>AHESC</b>
 ARQUIVO HISTÓRICO ECLESIASTICO DE SANTA CATARINA
Código de Referência <b>BR SC AHESC.VJPII,Plan</b>
VISITA DE JOÃO PAULO II <b>Planejamento</b>
1991

**Fonte:** Elaboração do autor (2016).

Os folders para as fotografias foram elaborados de acordo com as indicações de conservação e restauração. As fotografias são de tamanho 24,5 cm de largura, por 20,5 cm de altura, coloridas. Os folders foram desenvolvidos com papel no formato A3, dobrado ao meio, e as fotos anexadas com cantoneiras produzidas com papel neutro, pelo autor.

Os suportes, no estilo ‘mata-borrão’, foram criados com papel de *ph* neutro, de 185 g, com cortes nas laterais para encaixar as folhas de jornal, proporcionando maior segurança no contato dos pesquisadores com a documentação; agora não há um contato direto com o papel frágil.

O álbum fotográfico foi totalmente restaurado, mantendo originalmente dele apenas a capa, que passou por um processo de revisão e higienização. As fotos, que estavam acondicionadas em plástico adesivo, foram aplicadas com cantoneiras em páginas de papel neutro, sendo precedidos por TNT (tecido sintético).

## 5.2 Execução da Descrição Arquivística

Solicitamos, através do site do CONARQ, o registro da documentação em seu cadastro de acervo em 20 de setembro de 2016, de acordo com a NOBRADE no item 1.1.1 visa “para representação da entidade custodiadora e, se for o caso, da unidade administrativa a ela subordinada ou da subunidade custodiadora, deve-se solicitar um código ao Conselho Nacional de Arquivos”.

Recebemos no início de novembro de 2016 a confirmação de registro do AHESC no CONARQ, e conseqüentemente, no Projeto Memória do Mundo, da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Pela relevância histórica, social e cultural da documentação, esse cadastro foi sugerido aos responsáveis da instituição que autorizaram o registro. O CONARQ concedeu ao Arquivo o código ‘BR SC AHESC’.

No quadro e figura a seguir, explanamos o resultado desse processo de elaboração do código:

**Quadro 2 – Nome e código das seções**

SÉRIE	CÓDIGO DE REFERÊNCIA
Correspondências Enviadas	BR SC AHESC.VJPII,CorrEnv
Correspondências Recebidas	BR SC AHESC.VJPII,CorrRec
Cartazes e Croquis	BR SC AHESC.VJPII,CartCroq
Cerimonial	BR SC AHESC.VJPII,Cerim
Credenciais	BR SC AHESC.VJPII,Cred
Documentos da Comissão	BR SC AHESC.VJPII,DCom
Financeiro	BR SC AHESC.VJPII,Fin
Fotografias	BR SC AHESC.VJPII,Foto

Jornais	BR SC AHESC.VJPII,Jorn
Partituras	BR SC AHESC.VJPII,Part
Planejamento	BR SC AHESC.VJPII,Plan
Publicações	BR SC AHESC.VJPII,Pub
Recortes de Jornais	BR SC AHESC.VJPII,RecJ
Coleção Moacir Pereira	BR SC AHESC.VJPII,ColMP

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2016).

Os documentos foram devidamente avaliados, classificados, ordenados para arquivamento, respeitando os princípios arquivísticos, por se tratar de documentação histórica.

Os jornais, cartazes e croquis colocados em pastas de tamanho A2 para, posteriormente, receberem seu devido tratamento de conservação.

**Figura 2 – Disposição do código de referência da descrição arquivística**



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2016).

Na fase seguinte da prática, delimitamos a nomenclatura de cada série documental, facilitando a pesquisa, e a partir disso, elaboramos o código de referência de acordo com as orientações da NOBRADE. Os nomes foram adotados em consenso com as profissionais que atuam no arquivo, que entenderam sua funcionalidade.

No decorrer da pesquisa exploratória, investigamos outras pastas de documentos que, conseqüentemente, eram relativos à visita e que acrescentou compondo nas séries. Analisamos as pastas:

**Quadro 3 – Pastas Diversas**

ASSUNTO	CÓDIGO	TOTAL
Dom Afonso Niehues	60, 61, 63, 74, 79, 80, 83, 84, 85, 95 e 96.	11
Dom Eusébio Oscar Scheid	97, 98 e 99	3
Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger	124	1
Papas	277	1
Santa Sé	381	1
<b>TOTAL:</b>		<b>17</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2016).

Nessas pastas, encontramos cerca de 10 itens documentais que, após breve estudo e autorização da supervisora do acervo, foram transferidos para a documentação relativa à Visita Papal, por se tratar de uma documentação histórica da Arquidiocese de Florianópolis/SC.

Na elaboração do instrumento de pesquisa, a partir da descrição arquivística, utilizamos as orientações da NOBRADE, descrevendo o fundo documental, séries, subséries, dossiês e itens documentais.

Destacamos que a norma tem o pressuposto básico ao princípio de respeito aos fundos e a descrição multinível, adotando os princípios expressos na ISAD(G), que são: descrição do geral para o particular – com o objetivo de representar o contexto e a estrutura hierárquica do fundo e suas partes componentes, proporcionando a facilidade do acesso e intercâmbio de informações, nacional e internacional.

Garantimos, a partir da descrição das peças documentais históricas do AHESC, mais agilidade na pesquisa, facilitando o dia a dia de pesquisadores, funcionários e pessoas interessadas, e maior segurança na conservação e preservação, a partir da melhoria do acondicionamento e armazenamento.

Depois da produção dessa documentação da visita papal, há 25 anos, estabeleceu-se prioridade no tratamento arquivístico, por se tratar de peças documentais únicas.

Os procedimentos, no arquivo custodiado, têm objetivo de estruturar a informação a partir dos elementos de descrição arquivística.

## **6 CONCLUSÃO**

A diversidade da documentação da Visita do Papa João Paulo II a Florianópolis/SC, que se encontrava na fase intermediária, necessitou dos autores leituras, práticas de arquivo, diálogos entre os profissionais da Arquivologia, os funcionários da Cúria Metropolitana e o arcebispo, Dom Wilson Tadeu Jönck. Proporcionou uma reflexão no âmbito dos Arquivos Eclesiásticos.

No diagnóstico do arquivo intermediário, houve discussões, reflexões na padronização da descrição arquivística. No tratamento técnico, pela entidade custodiadora, a NOBRADE, habilita os pesquisadores ao uso ágil de instrumentos de pesquisa.

Cabe ao AHESC, que está custodiando a documentação, e seus profissionais, a decisão acerca de recursos na preservação e segurança do acervo patrimonial. Chamamos a atenção para a segurança de acervo, na Cúria Metropolitana, os fatores químicos, físicos e biológicos são imprescindíveis para a preservação contínua da memória institucional, eclesial, para o Estado de Santa Catarina, que possui seu registro no CONARQ e da UNESCO.

Estabelecer a “Política de Acesso e Reprodução da Documentação”, que requer um estudo preliminar para enviar aos

superiores da Cúria Metropolitana, que avaliarão a implantação dessas restrições.

A UNESCO salienta a importância de seu programa “Memória do Mundo”, que se encontra em arquivos, bibliotecas, centros de documentação, museus, e locais de custódia pelo planeta, correndo perigo de vandalismo, roubo, fogo, inundações. O patrimônio documental de numerosos povos tem se dispersado devido aos “estragos da guerra”, ao deslocamento acidental ou deliberado de acervos arquivísticos ou a outras circunstâncias históricas.

O AHESC, custodiador de acervos desde 1714, tem documentação de referência para estudo e pesquisa genealógica e de famílias que buscam cidadania no exterior, informações específicas para determinado gênero documental, que necessitam e precisam sempre que necessário, ser acrescidos ao cidadão catarinense.

Entre os impactos sociais gerados pela pesquisa, destacamos as reportagens exibidas pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT SC), e RBS TV, na comemoração dos 25 anos da visita papal, em 18 de outubro de 2016. O jornal Diário Catarinense também apresentou no Caderno NÓS, da sua edição de fim de semana, 15 e 16 de outubro de 2016, uma reportagem especial sobre a comemoração.

## REFERÊNCIAS

ARQUIDIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. **13º Plano Arquidiocesano de Pastoral**. Florianópolis/SC: Ed. Atta, 2012.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. Publicações Técnicas; nº 51.

BELLOTTO, Heloísa. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.



BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **Resolução nº 5 de 3 de setembro de 1996**. Dispõe sobre a publicação de editais para Eliminação de Documentos nos Diários Oficiais da União, Distrito Federal, Estados e Municípios. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

BRASIL. **Decreto n. 4.073, de 3 de janeiro de 2002**.

Regulamenta a Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Diário Oficial da União, 2002. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4073.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm)>. Acesso em: 04 abr. 2016.

BRASIL. **Lei n. 12.527 de 18 de novembro de 2011**. Dispõe sobre os procedimentos de garantia do acesso a informações.

Diário Oficial da União, 2011. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acesso em: 25 ago. 2016.

BRASIL. **Lei n. 8.159 de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União, 1991. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2016.

CRUZ MUNDET, José Ramón. **Manual de arquivística**. 3 ed. Madrid, Espanha: Fundação Germán Sánchez Ruipérez; Pirâmide, 2001.

DUFF, Wendy M. Mediação Arquivística. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (Org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. (Apostila).

FUGUERAS, Ramon ALBERCH. **Los Archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento**. Barcelona: Editorial U, 2003.

HAYES, P. J. Ecclesiastical archives. In: **CATHOLIC Encyclopedia**. [2016]. Disponível em: <<http://www.newadvent.org/cathen/01696a.htm>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Manual de instrumentos de descripción documental**. Sevilla: Diputación Provincial, 1982. IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA. **Código de Direito Canônico**. Promulgado por João Paulo II, Papa. Tradução Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Loyola, 1987. 763 p.

IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA. Pontifícia Comissão para os bens culturais da Igreja. **A função pastoral dos arquivos eclesiais**: carta circular, de 2 de fevereiro de 1997. Cidade do Vaticano: IGER, 1997. 45 p.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **ISAD(G)**: General international standard of archival description. Ottawa: Secretariat of the ICA Ad Hoc Commission on Descriptive Standards, 1994.

JOÃO PAULO II. **Mensagem aos participantes da 2ª Assembleia Plenária da Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja**. Castel Gandolfo, Itália. 1997. Disponível em: <[https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/pont\\_messages/1997/documents/hf\\_jp-ii\\_mes\\_19970925\\_beni-culturali.html](https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/pont_messages/1997/documents/hf_jp-ii_mes_19970925_beni-culturali.html)>. Acesso em: 25 jun. 2016.

LOPES, Luís Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. Rio de Janeiro. Livraria Suspensa, 2013. (e-book).

OLIVEIRA, Joaquim Domingues. **Decreto nº 2.531, de 25 de janeiro de 1949**. Dispõe sobre a Criação do Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. [recurso eletrônico] Disponível em: <<http://www.faatensino.com.br/wp-content/uploads/2014/11/2.1-E-book-Metodologia-do-Trabalho-Cientifico-2.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

RIBEIRO, Fernanda. **O acesso à informação nos arquivos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. 2.v.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 11.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTOS, Cristian José Oliveira. **Os arquivos das primeiras prelazias e dioceses brasileiras no contexto da legislação e práticas arquivísticas da Igreja Católica**. 2005. 239 p. Dissertação de Mestrado (Ciência da Informação) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 2005.

YEO, Geoffrey. Debates em torno da descrição. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (Org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016.

**ARCHIVISTIC DESCRIPTION OF THE DOCUMENTARY SOURCES OF  
THE APOSTOLIC VISIT OF POPE JOHN PAUL II (SAINT) TO  
FLORIANÓPOLIS**

**Abstract:** *The Ecclesiastical Archives are information sources and are part of the history of humanity. It presents the evolution of ecclesiastical archives and the pertinent regulations to carry out the archival description. The objective of the investigation was to analyze if there is a technical and archival treatment in the documentary sources of the Apostolic Visit of Pope John Paul II (Saint) at Florianópolis (Santa Catarina State). The bibliographic method was used, it's an exploratory and descriptive study. The archives that had documents related to the visit of John Paul II were analyzed, the state of preservation and preparation of the documentation was analyzed, and the archival description was elaborated. The collection is preserved by the Ecclesiastical Historical Archive of Santa Catarina. Contains documents from the first negotiations in 1989 until the end of the work for the event in November 1991. It was verified that the data obtained were registered in CONARQ and in the World Memory Project, with the archival description of the documentary fund of John Paul II.*

**Keywords:** *Archival Description. John Paul II. Ecclesiastical Archives.*

*Originais recebidos em: 23/11/2016*

*Aceito para publicação em: 07/12/2016*

*Publicado em: 09/12/2016*